

Anderson Schreiber

Manual de Direito Civil

Contemporâneo

4^a edição

2021

saraiva jur

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
ANGÉLICA ILACQUA CRB-8/7957



Av. Paulista, 901, 3º andar
 Bela Vista – São Paulo – SP – CEP: 01311-100

SAC | sac.sets@somoseducacao.com.br

Diretoria executiva	Flávia Alves Bravin
Diretoria editorial	Renata Pascual Müller
Gerência de projetos e produção editorial	Fernando Penteado
Planejamento	Josiane de Araújo Rodrigues
Novos projetos	Sérgio Lopes de Carvalho Dailila Costa de Oliveira
Edição	Clarissa Boraschi Maria (coord.) Ins Ferrão
Produção editorial	Daniele Debora de Souza (coord.) Estela Janiski Zumbano Luciana Cordeiro Shirakawa
Arte e digital	Mônica Landi (coord.) Camilla Felix Cianelli Chaves Claudriene de Moura Santos Silva Deborah Mattos Guilherme H. M. Salvador Tiago Dela Rosa
Projetos e serviços editoriais	Daniela Maria Chaves Carvalho Kelli Priscila Pinto Laura Paraiso Buldini Filogônio Marília Cordeiro Nicoly Wasconcelos Razuk
Diagramação	Luciano Assis
Revisão	Daniela Georgeto
Capa	Tiago Dela Rosa
Produção gráfica	Marli Rampim Sergio Luiz Pereira Lopes
Impressão e acabamento	Corprint

Schreiber, Anderson

Manual de direito civil contemporâneo / Anderson Schreiber. - 4. ed. - São Paulo: Saraiva Educação, 2021.
 1144 p

Bibliografia
 ISBN 978-65-5559-411-9 (impresso)

1. Direito civil 2. Direito civil - Brasil I. Título.

20-0749

CDD 342.1
 CDU 347(81)

Índice para catálogo sistemático:

1. Brasil . Direito civil

Data de fechamento da edição: 7-12-2020

Dúvidas? Acesse www.editorasaraiva.com.br/direito

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Saraiva Educação. A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98 e punido pelo art. 184 do Código Penal.

CL 606807 CAE 745755

Índice



<i>Apresentação</i>	5
---------------------------	---

TEORIA GERAL DO DIREITO CIVIL

CAPÍTULO 1 – Direito Civil e Ordenamento Jurídico

1. Unidade da ordem jurídica	45
2. Ramos do direito	45
3. Utilidade dos ramos do direito	46
4. O que é o direito civil?	47
5. Direito civil e liberalismo	47
6. As grandes codificações	48
7. A influência das grandes codificações na América Latina	49
8. Raízes do direito civil brasileiro	50
9. Intervenção do Estado e leis especiais	52
10. Constituição de 1988	52
11. Direito civil-constitucional	53
12. Código Civil de 2002	55
13. Alguns equívocos do Código Civil	56
14. Futuro do direito civil	57
15. Funcionalização dos institutos jurídicos	57
16. O papel do civilista	58

CAPÍTULO 2 – A Norma Jurídica

1. Fontes do direito	61
2. Pluralidade de fontes normativas	63
3. Vigência da lei	63
4. Vigência da lei no espaço	64
5. Eleição da lei aplicável aos negócios jurídicos	66
6. Vigência da lei no tempo	67

8 ■ MANUAL DE DIREITO CIVIL CONTEMPORÂNEO

7. Revogação, ab-rogação e derrogação	67
8. Repristinação	67
9. Irretroatividade da lei	68
10. Proteção ao direito adquirido (Gabba)	68
11. A teoria objetiva de Roubier	69
12. Direito transitório no Brasil	69
13. Sacralização do direito adquirido	70
14. De volta à irretroatividade da lei	71

CAPÍTULO 3 – Interpretação da Norma Jurídica

1. Interpretação das normas jurídicas	73
2. <i>In claris fit interpretatio</i>	74
3. Escola da Exegese	74
4. Escola Histórica	74
5. Pandectística	75
6. Escola do Direito Livre	75
7. Uso alternativo do direito e o chamado direito alternativo	76
8. A interpretação hoje	77
9. Elementos de interpretação	77
10. Integração do direito	79
11. Analogia <i>legis</i>	80
12. Costume	81
13. Princípios gerais do direito (<i>analogia iuris</i>)	81
14. Integração-interpretação-aplicação como processo unitário	82

CAPÍTULO 4 – A Relação Jurídica

1. Relação jurídica	85
2. Situações jurídicas subjetivas	86
3. Direito subjetivo: apogeu e crise	87
4. Dever jurídico	89
5. Direito potestativo	89
6. Faculdade jurídica	90
7. Poder jurídico	90
8. Interesse legítimo	91
9. Ônus	92
10. Pretensão	93
11. Estado pessoal (<i>status</i>)	93

12. De volta à relação jurídica.....	94
13. Elementos da relação jurídica.....	94
14. O problema do sujeito da relação jurídica.....	95

CAPÍTULO 5 – A Pessoa Humana

1. Pessoa humana	97
2. Distinção em relação às pessoas jurídicas	98
3. Personalidade em sentido subjetivo	98
4. Personalidade em sentido objetivo	99
5. Início da personalidade	99
6. Tutela dos interesses do nascituro.....	99
7. Proteção jurídica dos embriões	101
8. A questão do aborto	102
9. Aborto de fetos anencéfalos (ADPF 54).....	103
10. O chamado direito de não nascer.....	104
11. Capacidade	106
12. Capacidade de direito.....	106
13. Capacidade de fato	107
14. Incapacidade absoluta x relativa.....	108
15. Incapacidade x falta de legitimação.....	108
16. Releitura das incapacidades	108
17. Interdição	110
18. Emancipação.....	110
19. Estatuto da Pessoa com Deficiência	111
20. Fim da personalidade	113
21. Eutanásia.....	114
22. Testamento biológico	115
23. Comoriência.....	117
24. Morte civil x morte presumida.....	118
25. Ausência.....	118
26. Fases da ausência	119
27. Efeitos existenciais da ausência.....	120
28. Retorno do ausente ou desaparecido.....	121

CAPÍTULO 6 – Direitos da Personalidade

1. Dignidade da pessoa humana	123
2. Autonomia existencial	125

3.	O lançamento de anão	126
4.	Direitos da personalidade	128
5.	Características dos direitos da personalidade	129
6.	Autolimitação aos direitos da personalidade	130
7.	Direitos da personalidade no Código Civil de 2002	131
8.	Direito ao próprio corpo.....	132
9.	Mercado humano	133
10.	O caso Moore	134
11.	Exigência médica.....	135
12.	Cirurgias de transgenitalização	135
13.	<i>Wannabes</i>	136
14.	Consentimento informado	137
15.	Direito à privacidade	137
16.	Proteção de dados pessoais.....	139
17.	Direito ao nome	140
18.	Direito à identidade pessoal	141
19.	Direito à identidade pessoal das pessoas transgênero	142
20.	Direito à honra	144
21.	Direito de sátira	144
22.	Direito à imagem	146
23.	Colisão entre direitos da personalidade e liberdade de informação ...	148
24.	A questão das biografias.....	152
25.	Direito ao esquecimento	153
26.	Instrumentos de tutela da personalidade.....	156
27.	Tutela <i>post mortem</i> da personalidade	156
28.	A marcha infinita da personalidade.....	158

CAPÍTULO 7 – A Pessoa Jurídica

1.	Conceito	159
2.	Natureza jurídica.....	160
3.	Personificação do ente coletivo.....	162
4.	Direitos da personalidade da pessoa jurídica: crítica	162
5.	Função social da empresa.....	163
6.	Classificação	164
7.	Sociedades.....	164
8.	EIRELIs	165
9.	Associações	167
9.1.	Início e extinção das associações	167
9.2.	Associações na jurisprudência	168

10. Fundações	170
10.1. Início e extinção das fundações	171
11. Desconsideração da personalidade jurídica	172
12. Entes não personalizados	175

CAPÍTULO 8 – Domicílio

1. Conceito.....	177
2. Importância	178
3. Indeclinabilidade.....	179
4. Pluralidade de domicílios	179
5. Mudança de domicílio	179
6. Domicílio da pessoa jurídica.....	180
7. Espécies de domicílio.....	180
7.1. Domicílio civil x político	180
7.2. Domicílio profissional	181
7.3. Domicílio voluntário x necessário (e legal).....	181
7.4. Domicílio geral x especial	182
8. Domicílio em uma leitura civil-constitucional	183

CAPÍTULO 9 – Bens

1. Bens ou coisas.....	185
2. Tendências atuais	187
3. Direito dos animais	188
4. Os bens no Código Civil de 2002.....	189
5. Bens móveis e imóveis.....	190
6. Definição de bens imóveis.....	191
7. Definição de bens móveis	192
8. Bens fungíveis e infungíveis	192
9. Infungibilidade dos bens imóveis	193
10. Efeitos da distinção	193
11. Bens consumíveis e inconsúmíveis	194
12. Efeitos da distinção	195
13. Bens divisíveis e indivisíveis	195
14. Bens singulares e coletivos	196
15. Patrimônio.....	197
16. Bens principais e acessórios	198
17. Princípio da gravitação jurídica	198

12 ■ MANUAL DE DIREITO CIVIL CONTEMPORÂNEO

18. Frutos e produtos	199
19. Benfeitorias	200
20. O problema das pertenças.....	201
21. Bens públicos	203
22. Bem de família	204
23. Evolução jurisprudencial do bem de família	206
24. Bem de família e <i>venire contra factum proprium</i>	208

CAPÍTULO 10 – Fato Jurídico

1. Fato jurídico	211
2. Crítica	212
3. Classificação dos fatos jurídicos	213
4. Fatos lícitos e ilícitos	213
5. Fatos lícitos.....	213
6. Ato jurídico em sentido estrito	215
7. Teoria do ato-fato	216
8. Análise funcional dos atos lícitos	217
9. Ato ilícito.....	217
10. Excludentes de ilicitude	218
11. Abuso do direito	219
12. Abuso do direito e boa-fé objetiva	219
13. Concepção objetiva do abuso do direito	220
14. Exemplos de aplicação jurisprudencial do abuso de direito	221
15. Ato abusivo x ato ilícito	222
16. Sistematização da teoria	224
17. Juízo de merecimento de tutela	224

CAPÍTULO 11 – Negócio Jurídico

1. Negócio jurídico	225
2. Crítica ao negócio jurídico	226
3. A nova autonomia privada	228
4. Três planos do negócio jurídico	230
5. Plano de existência.....	230
6. Plano de validade.....	231
6.1. A forma do negócio jurídico	231
6.2. Liberalidade das formas	232
6.3. Forma <i>ad solemnitatem</i> e <i>ad probationem tantum</i>	233

6.4.	Forma × formalismo.....	233
6.5.	Causa do negócio jurídico	234
7.	Plano de eficácia	236
7.1.	Modalidades do negócio jurídico	236
7.2.	Condição.....	237
7.3.	Condição suspensiva × resolutiva.....	237
7.4.	Condição puramente potestativa.....	238
7.5.	Condição simplesmente potestativa.....	239
7.6.	Condição perplexa.....	239
7.7.	Condição impossível	240
7.8.	Termo	240
7.9.	Efeitos do termo.....	241
7.10.	Distinção entre termo e condição	241
7.11.	Encargo.....	242
7.12.	Efeitos do encargo	243
8.	Negócios jurídicos unilaterais e bilaterais	243
9.	Interpretação do negócio jurídico	243
10.	Representação	246
10.1.	<i>Procuratio</i>	247
10.2.	<i>Contemplatio domini</i>	247
10.3.	Representação × interposição.....	248
10.4.	Representação sem mandato	248
10.5.	Conflito de interesses	249
10.6.	Representante aparente.....	250

CAPÍTULO 12 – Defeitos do Negócio Jurídico

1.	Defeitos do negócio jurídico	251
2.	Erro	252
2.1.	Erro substancial	252
2.2.	Erro incidental	253
2.3.	Erro escusável	253
2.4.	Erro perceptível	254
2.5.	Perceptibilidade × escusabilidade do erro	255
2.6.	Erro de direito	256
2.7.	Exemplo de erro de direito	257
2.8.	Erro sobre motivo	257
2.9.	Teoria da pressuposição.....	258

2.10. Conservação do negócio anulável por erro.....	260
3. Dolo.....	261
3.1. Dolo principal x dolo incidental	261
3.2. <i>Dolus bonus</i>	261
3.3. Dolo por omissão.....	262
3.4. Dolo recíproco.....	262
4. Coação	262
4.1. <i>Vis compulsiva</i> x <i>vis absoluta</i>	263
4.2. Avaliação da ameaça	263
4.3. Supressão da equivalência do dano	263
5. Lesão.....	264
5.1. Elemento objetivo da lesão: desequilíbrio entre as prestações	266
5.2. Elemento subjetivo da lesão: necessidade ou inexperiência...	267
5.3. Lesão e princípio do equilíbrio contratual	268
5.4. Conservação do negócio jurídico	269
5.5. Lesão e Código de Defesa do Consumidor	270
6. Estado de perigo.....	270
6.1. Elemento objetivo do estado de perigo: obrigação excessivamente onerosa	271
6.2. Elemento subjetivo do estado de perigo: conhecida necessidade de salvar-se	271
6.3. Conservação do negócio jurídico celebrado em estado de perigo	272
7. Fraude contra credores.....	272
7.1. <i>Eventus damni e consilium fraudis</i>	273
7.2. Transmissão gratuita	274
7.3. Transmissão onerosa	274
7.4. Fraude contra credores x outras espécies de fraude	274
7.5. Efeitos da fraude contra credores.....	275
8. Ainda sobre os defeitos do negócio jurídico.....	275

CAPÍTULO 13 – Invalidade do Negócio Jurídico

1. Invalidade do negócio jurídico.....	277
2. Distinção entre nulidade e anulabilidade	277
3. Causas de nulidade	279
4. Simulação	279
4.1. Elementos da simulação	280

4.2. Simulação inocente.....	280
4.3. Simulação absoluta x relativa (dissimulação).....	281
4.4. Preservação do negócio jurídico dissimulado.....	281
4.5. Hipóteses de simulação	281
4.6. Alegação por quem simula.....	282
4.7. Terceiros de boa-fé.....	282
4.8. Exemplo jurisprudencial de simulação.....	283
5. Princípio da conservação dos negócios jurídicos	283
6. Conversão do negócio jurídico	284
7. Exemplos de conversão do negócio jurídico.....	284
8. Conversão substancial x formal	285
9. Conversão legal	286
10. Crítica aos requisitos da conversão.....	286
11. Redução do negócio jurídico.....	286
12. Atenuação dos rigores da nulidade diante do comportamento das partes	287
13. Necessidade de revisão crítica da teoria das nulidades	289
14. Teoria da inexistência	289
15. Crítica à teoria da inexistência	290
16. Negócios jurídicos inexistentes na jurisprudência.....	291

CAPÍTULO 14 – Prescrição e Decadência

1. Prescrição e decadência	293
2. Prescrição	294
2.1. Prescrição aquisitiva.....	294
2.2. Prescrição extintiva: três correntes	294
2.3. Conceito de prescrição	296
2.4. Duplo fundamento: releitura à luz dos valores constitucionais	296
2.5. Interrupção da prescrição	297
2.6. Taxatividade das causas de interrupção	299
2.7. Reinício do prazo.....	299
2.8. “Uma única vez”	299
2.9. Pretensões contra a Fazenda Pública	300
2.10. Impedimento e suspensão da prescrição	301
2.11. Taxatividade das causas de impedimento e suspensão	303
2.12. Ausência de pretensão	303

2.13. Inalterabilidade dos prazos prescricionais	303
2.14. Reconhecimento <i>ex officio</i>	304
2.15. Renúncia à prescrição	305
2.16. Termo inicial dos prazos prescricionais.....	306
2.17. Prazos prescricionais.....	306
2.18. Pretensões imprescritíveis	307
2.19. Prescrição e danos morais	308
3. Decadência	309
3.1. Fatalidade do prazo decadencial	310
3.2. Irrenunciabilidade e inalterabilidade do prazo decadencial	311
3.3. Reconhecimento <i>ex officio</i>	311
3.4. Decadência convencional	312
3.5. Prazos de decadência	312
3.6. Legislação especial	313
4. Prescrição e decadência sob a ótica civil-constitucional	313
5. Extinção de direitos <i>antes</i> do prazo e exercício de direitos <i>após</i> o prazo decadencial ou prescricional	314

DIREITO DAS OBRIGAÇÕES

CAPÍTULO 15 – Obrigações

1. Direito das obrigações	319
2. Conceito de obrigação	319
3. Relação obrigacional	320
4. Fonte das obrigações.....	320
5. Elementos da obrigação.....	321
6. Função da obrigação	322
7. Patrimonialidade da obrigação	322
8. Débito e responsabilidade.....	323
9. Obrigação natural.....	323
10. Obrigação <i>propter rem</i> ≠ ônus reais	324
11. Modalidades de obrigações	325
11.1. Obrigação de dar	326
11.1.1. Obrigação de dar coisa certa	326
11.1.2. Obrigação de dar coisa incerta	327
11.2. Obrigação de fazer	327
11.3. Obrigação de não fazer	329
12. Obrigações cumulativas e alternativas	329

13. Escolha, concentração e especificação	330
14. Obrigação facultativa ou com faculdade de substituição	331
15. Obrigações com pluralidade de sujeitos.....	331
16. Obrigações indivisíveis	332
17. Obrigações solidárias.....	333
18. Solidariedade legal.....	333
19. Solidariedade convencional	334
20. Solidariedade ativa e passiva.....	335
21. Natureza jurídica da solidariedade	335
22. Renúncia à solidariedade	336
23. Transmissão das obrigações	337
24. Cessão de crédito e assunção de dívida	338
25. Eficácia da cessão de crédito.....	339
26. Cessão <i>pro soluto</i> e <i>pro solvendo</i>	339
27. Assunção de dívida.....	340
28. Assunção por expromissão e por delegação	340
29. Adjunção ou adesão à dívida.....	340
30. Cessão de posição contratual	341
31. Obrigações intransmissíveis	342
32. Obrigações de meio e obrigações de resultado.....	342

CAPÍTULO 16 – Adimplemento das Obrigações

1. Adimplemento das obrigações	345
2. Tríplice transformação do adimplemento	346
3. Requisitos do pagamento	347
3.1. Quem deve pagar	347
3.2. A quem se deve pagar	348
3.3. Objeto do pagamento	348
3.4. Lugar do pagamento	348
3.5. Tempo do pagamento	349
4. Prova do pagamento: quitação	350
5. Presunção de pagamento	350
6. Modalidades indiretas de pagamento	351
6.1. Pagamento em consignação	351
6.2. Pagamento com sub-rogação	352
6.3. Imputação do pagamento	352
6.4. Dação em pagamento	353

7.	Modos de extinção da obrigação diversos do adimplemento	354
7.1.	Novação.....	355
7.2.	Compensação.....	356
7.3.	Confusão.....	358
7.4.	Remissão de dívida	360

CAPÍTULO 17 – Inadimplemento das Obrigações

1.	Inadimplemento	363
2.	Inadimplemento absoluto x mora.....	364
3.	Mora.....	365
4.	Requisitos da mora do devedor.....	366
5.	Requisitos da mora do credor.....	366
6.	Termo inicial da mora	367
6.1.	Mora <i>ex re</i>	367
6.2.	Mora <i>ex persona</i>	368
6.3.	Mora em obrigações decorrentes de ato ilícito	369
7.	Mora em obrigações negativas	370
8.	Purga ≠ cessação da mora	371
9.	Inadimplemento antecipado	371
10.	Efeitos do inadimplemento antecipado.....	373
11.	Violação positiva do contrato	374
12.	Teoria do adimplemento substancial	376
13.	Crítica à avaliação matemática do adimplemento substancial.....	377

CAPÍTULO 18 – Efeitos do Inadimplemento

1.	Efeitos do inadimplemento relativo (mora).....	381
2.	Efeitos do inadimplemento absoluto.....	382
3.	Perdas e danos.....	382
3.1.	Dano emergente	383
3.2.	Lucros cessantes.....	383
3.3.	Interesse contratual positivo e negativo.....	384
3.4.	Caráter subsidiário das perdas e danos.....	384
3.5.	Dano moral decorrente de inadimplemento.....	385
3.6.	Caso fortuito ou força maior	385
3.7.	Fortuito interno.....	386
3.8.	Cláusulas limitativas ou excludentes do dever de indenizar ...	387

4.	Juros moratórios	387
4.1.	Taxa legal de juros.....	388
4.2.	SELIC x CTN.....	389
4.3.	Desnecessidade de alegação de prejuízo	392
4.4.	Termo inicial dos juros moratórios.....	392
5.	Correção monetária.....	393
6.	Cláusula penal	394
6.1.	Obrigaçāo acessória.....	396
6.2.	Cláusula penal compensatória x moratória	396
6.3.	Valor da cláusula penal.....	397
6.4.	Desnecessidade de alegação do prejuízo.....	398
6.5.	Indenização suplementar	398
6.6.	Redução equitativa da cláusula penal	399
7.	Arras	400
7.1.	Arras confirmatórias x penitenciais	401
7.2.	Pacto acessório e real.....	402
7.3.	Distinção entre arras penitenciais e cláusula penal.....	403
7.4.	Arras penitenciais e direito do consumidor	403
7.5.	Redução equitativa das arras	404

CAPÍTULO 19 – Enriquecimento sem Causa

1.	Pagamento indevido.....	405
2.	<i>Indebitum ex re x indebitum ex persona</i>	406
3.	Pagamento indevido e entrega de imóvel.....	407
4.	Pagamento indevido e dívida condicional.....	407
5.	Pagamento indevido e obrigação natural.....	407
6.	Pagamento indevido para fim ilícito.....	408
7.	Enriquecimento sem causa	408
8.	Requisitos do enriquecimento sem causa	410
9.	Justa causa	411
10.	Caráter subsidiário da <i>actio in rem verso</i>	412
11.	Teoria do duplo limite	413
12.	Lucro da intervenção	413
12.1.	Enquadramento sistemático	414
12.2.	Cumulatividade das pretensões restitutória e reparatória...	415
12.3.	Quantificação da obrigação de restituir o lucro da intervenção	415

CAPÍTULO 20 – Contratos: Noções Gerais

1.	Contrato: origens	417
2.	Consensualismo.....	418
3.	O contrato no liberalismo jurídico	420
4.	A morte do contrato?	421
5.	O contrato no direito contemporâneo.....	424
6.	Princípios tradicionais do direito dos contratos.....	426
7.	Novos princípios do direito dos contratos	428
7.1.	Boa-fé objetiva.....	429
7.1.1.	Superutilização da boa-fé	430
7.1.2.	<i>Venire contra factum proprium</i>	431
7.1.3.	<i>Verwirkung ou suppressio</i>	432
7.2.	Função social do contrato.....	433
7.3.	Equilíbrio contratual	437
8.	Princípio da intervenção mínima?	440
9.	O contrato-fato.....	442
10.	Classificação dos contratos	444
10.1.	Contratos bilaterais e unilaterais	444
10.2.	Contratos onerosos e gratuitos	446
10.3.	Contratos comutativos e aleatórios	446
10.4.	Contratos formais e informais	448
10.5.	Contratos consensuais e reais	449
10.6.	Contratos típicos e atípicos	451
10.7.	Contratos de execução instantânea, diferida e continuada.....	451
10.8.	Contratos relacionais e contratos cativos de longa duração.....	453
10.9.	Contratos preliminares e definitivos	454
10.10.	Contratos de adesão e contratos paritários	455
10.11.	As chamadas condições contratuais gerais	457
10.12.	Contratos principais e acessórios	459
10.13.	Contratos coligados e redes contratuais	460
10.14.	Contratos incompletos	461
10.15.	Contratos eletrônicos	462
10.16.	A alegada distinção entre contratos civis e contratos de consumo.....	465
10.17.	A alegada distinção entre contratos civis e contratos empresariais	468

CAPÍTULO 21 – Formação e Interpretação dos Contratos

1.	A formação do contrato no direito brasileiro.....	471
2.	A proposta	473
3.	Retratação e aditamento da proposta	474
4.	Oferta ao público.....	475
5.	<i>Invitatio ad offerendum</i>	476
6.	A aceitação	476
7.	Momento de formação do contrato.....	477
8.	Lugar do contrato.....	479
9.	A escolha da lei aplicável ao contrato.....	480
10.	Negociações preliminares e responsabilidade pré-contratual.....	482
11.	Um caso emblemático: o caso dos tomates	483
12.	Carta de intenções e memorando de entendimentos.....	485
13.	Acordos de confidencialidade	485
14.	Contrato preliminar ou pré-contrato	487
15.	Execução específica do contrato preliminar.....	488
16.	Estipulação em favor de terceiro e promessa de fato de terceiro...	489
17.	Contrato com pessoa a declarar	490
18.	Tutela externa do crédito	491
19.	Interpretação dos contratos.....	494

CAPÍTULO 22 – Extinção dos Contratos

1.	Extinção dos contratos.....	497
2.	Resilição e resolução.....	498
3.	Resilição.....	498
3.1.	Resilição bilateral: distrato	498
3.2.	Resilição unilateral	500
3.3.	Resilição unilateral convencional	500
3.4.	Denúncia	501
3.5.	Suspensão de eficácia da denúncia.....	501
4.	Resolução	502
4.1.	Cláusula resolutiva tácita ou expressa	502
4.2.	Controle do exercício do direito de resolução.....	504
5.	Resolução contratual por onerosidade excessiva	505
5.1.	Antecedentes teóricos	505
5.1.1.	Cláusula <i>rebus sic stantibus</i>	506
5.1.2.	Teoria da pressuposição	507

5.1.3.	Teorias da base do negócio	507
5.1.4.	Teoria da imprevisão	509
5.1.5.	<i>Doctrine of frustration</i>	511
5.1.6.	Teoria da excessiva onerosidade.....	513
5.2.	Desequilíbrio contratual superveniente no direito brasileiro ...	514
5.3.	Requisitos	515
5.3.1.	Contratos de execução continuada ou diferida.....	515
5.3.2.	Onerosidade excessiva	516
5.3.3.	Extrema vantagem.....	517
5.3.4.	Fatos imprevisíveis e extraordinários	519
5.4.	Efeitos.....	524
5.4.1.	Resolução do contrato	524
5.4.2.	Revisão judicial do contrato.....	525
5.5.	Dever de renegociar	527
6.	Frustração do fim do contrato	528
7.	Exceção do contrato não cumprido.....	530
8.	<i>Exceptio non rite adimpleti contractus</i>	531
9.	Exceção de inseguridade	531
10.	Vícios redibitórios	532
11.	Evicção.....	534
12.	Responsabilidade pós-contratual	535

CAPÍTULO 23 – Contratos em Espécie

1.	Contratos em espécie	538
2.	Qualificação contratual.....	538
3.	Compra e venda	539
3.1.	Elementos da compra e venda	540
3.2.	Classificação	542
3.3.	Efeito obrigacional da compra e venda	542
3.4.	Invalidade da compra e venda	543
3.5.	Compra e venda <i>ad corpus</i> x <i>ad mensuram</i>	543
3.6.	Pactos adjetos à compra e venda	544
3.6.1.	Retrovenda	544
3.6.2.	Venda a contento ou sujeita a prova.....	545
3.6.3.	Preempção ou preferência	546
3.6.4.	Venda com reserva de domínio	548
3.6.5.	Venda sobre documentos	548
3.7.	Compra e venda internacional de mercadorias.....	549

4.	Troca ou permuta	551
5.	Estimatório	552
6.	Doação	553
6.1.	Objeto da doação	555
6.2.	<i>Animus donandi</i>	555
6.3.	Forma escrita	556
6.4.	Classificação	556
6.5.	Espécies de doação	556
6.6.	Invalidade das doações.....	558
6.7.	Revogação da doação	559
6.8.	Promessa de doação	561
7.	Locação	561
7.1.	Características	562
7.2.	Locações especiais	562
7.3.	Disciplina geral da locação	563
7.3.1.	Elementos da locação	564
7.3.2.	Efeitos.....	564
7.3.3.	Extinção	564
7.4.	Locação de imóveis urbanos	565
7.4.1.	Características	566
7.4.2.	Elementos	566
7.4.3.	Efeitos	566
7.4.4.	Fiança e outras garantias	568
7.4.5.	Cessão e sublocação	569
7.4.6.	<i>Shopping center</i>	569
7.4.7.	Extinção	571
8.	<i>Leasing</i>	572
9.	Comodato	574
9.1.	Características	574
9.2.	Elementos	575
9.3.	Efeitos	576
9.4.	Extinção	577
10.	Mútuo	577
10.1.	Características	577
10.2.	Elementos	579
10.3.	Efeitos	579
10.4.	Mútuo de dinheiro.....	580
10.5.	Extinção	583

11.	Prestação de serviços	583
11.1.	Características	585
11.2.	Elementos	585
11.3.	Tutela externa do crédito	586
11.4.	Extinção	587
12.	Empreitada.....	588
12.1.	Elementos	589
12.2.	Características	589
12.3.	Efeitos	590
12.4.	Variação de preços e risco do empreiteiro	590
12.5.	Extinção x suspensão	591
12.6.	Responsabilidade do empreiteiro	592
12.7.	Proteção do autor do projeto.....	593
13.	Depósito	593
13.1.	Espécies de depósito	594
13.2.	Efeitos.....	595
13.3.	Direito de retenção	596
13.4.	Uso da coisa depositada	596
13.5.	Extinção	596
13.6.	Prisão civil do depositário infiel	597
14.	Mandato	598
14.1.	Elementos	599
14.2.	Características	600
14.3.	Procuração	601
14.4.	Conflito de interesses	601
14.5.	Espécies de mandato	602
14.6.	Efeitos do mandato.....	603
14.7.	Atuação <i>ultra vires mandati</i>	604
14.8.	Abuso de poder do mandatário.....	604
14.9.	Substabelecimento.....	605
14.10.	Extinção do mandato	605
14.11.	Procuração em causa própria	606
14.12.	Mandato judicial.....	607
15.	Comissão	608
15.1.	Elementos	609
15.2.	Características	610
15.3.	Efeitos da comissão	610

15.4. Cláusula <i>del credere</i>	610
15.5. Extinção	611
16. Agência	611
16.1. Elementos	612
16.2. Características	614
16.3. Efeitos	614
16.4. Extinção	615
17. Distribuição	616
17.1. Distribuição e concessão mercantil	617
18. Corretagem	617
18.1. Elementos	618
18.2. Características	618
18.3. Efeitos	619
18.4. Extinção	620
18.5. O problema do registro do corretor	620
19. Transporte	621
19.1. Elementos	622
19.2. Características	623
19.3. Efeitos	624
19.3.1. Transporte de pessoas	624
19.3.2. Transporte de coisas	626
19.4. Responsabilidade civil do transportador aéreo	626
19.5. Transporte cumulativo	627
19.6. Extinção	628
20. Seguro	629
20.1. Espécies	629
20.2. Elementos	630
20.3. Características	630
20.4. Efeitos	631
20.5. Efeitos sobre terceiros	632
20.6. A boa-fé no contrato de seguro	633
20.7. Cláusula perfil	635
20.8. Seguro de vida do companheiro	636
20.9. A questão do suicídio no seguro de vida	636
20.10. Acidentes provocados por embriaguez	638
20.11. Cosseguro e resseguro	638
20.12. Extinção do contrato de seguro	638

21. Constituição de renda.....	639
21.1. Elementos	639
21.2. Características.....	640
21.3. Efeitos.....	640
21.4. Extinção	641
22. Jogo e aposta.....	641
22.1. Características.....	642
22.2. Efeitos.....	642
23. Fiança	644
23.1. Elementos	644
23.2. Características	645
23.3. Efeitos.....	645
23.4. Benefício de ordem ou excussão.....	646
23.5. Benefício de divisão	646
23.6. Outorga uxória ou marital para fiança.....	647
23.7. Sub-rogação do fiador.....	647
23.8. Responsabilidade do fiador na prorrogação do contrato de locação.....	647
23.9. Penhorabilidade do imóvel do fiador	647
23.10. Extinção	648
24. Transação.....	649
25. Compromisso.....	650

CAPÍTULO 24 – Responsabilidade Civil

1. Responsabilidade por ato ilícito ou responsabilidade subjetiva	651
2. Análise dos elementos do ato ilícito	652
3. Culpa	653
3.1. Da culpa psicológica à culpa normativa.....	653
3.2. Irrelevância dos graus de culpa.....	653
3.3. Culpa desproporcional: parágrafo único do art. 944.....	654
3.4. Responsabilidade objetiva ou sem culpa.....	654
3.5. Responsabilidade objetiva no Brasil.....	656
3.6. Cláusula geral de responsabilidade objetiva por atividades de risco.....	657
4. Dano.....	659
4.1. Certeza e atualidade do dano	660

4.2. Espécies de dano.....	660
4.3. Dano patrimonial.....	660
4.4. Perda da chance.....	662
4.5. Dano moral.....	664
4.6. Um caso emblemático	664
4.7. O chamado dano moral <i>in re ipsa</i>	665
4.8. Quantificação do dano moral.....	667
4.9. <i>Punitive damages</i>	668
4.10. Dano moral à pessoa jurídica.....	670
4.11. O chamado dano moral coletivo.....	671
5. Nexo de causalidade.....	674
5.1. Teoria da causa direta e imediata	674
5.2. Subteoria da necessidade causal	675
5.3. A flexibilização do nexo causal.....	675
5.4. Teoria da causalidade alternativa	676
5.5. Excludentes de causalidade	677
6. Erosão dos filtros da reparação.....	678
7. Dever de reparar	679
8. Reparação não pecuniária dos danos morais.....	680
8.1. Retratação pública	680
8.2. Retratação privada	681
8.3. Outros meios não pecuniários de reparação	683
9. Responsabilidade contratual x extracontratual.....	685
10. Mitigação do próprio dano	687
11. Responsabilidade solidária entre os coautores	688
12. Regras especiais de responsabilidade civil	688
12.1. Responsabilidade por fato de terceiro	689
12.2. Responsabilidade civil do incapaz	690
12.3. Responsabilidade pelo fato das coisas.....	692
12.4. Responsabilidade pelo fato dos animais.....	693
12.5. Responsabilidade do empresário pelos danos causados por produtos postos em circulação.....	694
12.6. Responsabilidade civil do Estado.....	695
13. Relação entre a responsabilidade civil e a responsabilidade cri- minal.....	698

CAPÍTULO 25 – Direito do Consumidor

1.	Direito do consumidor.....	701
2.	Relação de consumo.....	702
3.	Fornecedor	702
4.	Consumidor	703
5.	Consumidor por equiparação.....	704
6.	Direitos básicos do consumidor	705
7.	Proteção à saúde e segurança do consumidor	705
8.	Responsabilidade civil pelo fato do produto e do serviço	706
9.	Dicotomia entre fato e vício do produto ou serviço.....	708
10.	Riscos de desenvolvimento.....	709
11.	Desconsideração da personalidade jurídica	710
12.	Proteção contratual do consumidor.....	711

CAPÍTULO 26 – Atos Unilaterais e Preferências Creditórias

1.	Conceito de atos unilaterais.....	713
2.	Promessa de recompensa	714
2.1.	Espécies.....	714
2.2.	Requisitos	714
2.3.	Revogabilidade	715
2.4.	Beneficiário da promessa.....	715
3.	Gestão de negócios.....	715
3.1.	Distinção entre gestão de negócios e mandato	716
3.2.	Natureza jurídica da gestão.....	716
4.	Preferências creditórias.....	717
4.1.	Privilégios	717
4.2.	Privilégios gerais e especiais.....	717
4.3.	Direitos reais de garantia.....	718
4.4.	Confronto entre preferências.....	718
4.5.	Por um novo tratamento da insolvência.....	720

DIREITOS REAIS**CAPÍTULO 27 – Introdução aos Direitos Reais**

1.	Direitos reais.....	723
2.	Distinção entre direitos reais e direitos obrigacionais	724
3.	Crítica à distinção entre direitos reais e direitos obrigacionais	725

4.	A questão da tipicidade dos direitos reais	728
5.	Tipicidade x taxatividade	729
6.	Classificação dos direitos reais	730
7.	Aquisição de direitos reais.....	731

CAPÍTULO 28 – Posse

1.	O que é a posse	733
2.	Teorias da posse: Savigny x Ihering.....	734
3.	A posse no Código Civil brasileiro.....	737
4.	<i>Ius possidendi x ius possessionis</i>	738
5.	Autonomia da posse	739
6.	Função social da posse.....	740
7.	Natureza jurídica da posse.....	742
8.	Posse direta e indireta.....	743
9.	Fâmulo da posse.....	743
10.	Posse justa e injusta	744
11.	Interversão da posse	744
12.	Posse de boa-fé e de má-fé	745
13.	Justo título.....	745
14.	Crítica à expressão posse de má-fé.....	746
15.	Composse.....	747
16.	Aquisição da posse.....	747
17.	Constituto-possessório e cláusula <i>constituti</i>	748
18.	Aquisição originária e derivada da posse	749
19.	Atos de mera tolerância.....	749
20.	Acesso de posse	749
21.	Perda da posse	749
22.	Efeitos da posse	750
22.1.	Direito aos frutos	750
22.2.	Direito à indenização e retenção de benfeitorias	751
22.3.	Posse <i>ad usucaptionem</i>	752
22.4.	Responsabilidade pela perda ou deterioração da coisa	752
22.5.	Interditos possessórios.....	753
22.5.1.	Ação de manutenção de posse	754
22.5.2.	Ação de reintegração de posse	754
22.5.3.	Interdito proibitório	755
22.5.4.	Procedimento especial ou ordinário.....	755

22.5.5.	Fungibilidade das ações possessórias	756
22.5.6.	Cumulação de pedidos	756
22.5.7.	Caráter dúplice das ações possessórias.....	756
22.5.8.	<i>Exceptio dominii</i>	756
22.5.9.	Atualidade dos interditos possessórios	757
23.	Posse de direitos.....	757
24.	Posse de bens incorpóreos	758
25.	Posse de bens públicos	758

CAPÍTULO 29 – Propriedade

1.	Propriedade.....	761
2.	Função social da propriedade.....	763
3.	Pluralidade de estatutos proprietários.....	764
4.	Função social da propriedade na Constituição brasileira	764
5.	Função social da propriedade no Código Civil.....	767
6.	A chamada expropriação judicial.....	768
6.1.	Natureza jurídica controvertida	769
6.2.	Aplicação prática	771
6.3.	Aplicabilidade a bens públicos	772
7.	Perfil estrutural da propriedade.....	773
8.	Modos de aquisição da propriedade imóvel.....	774
8.1.	Usucapião de bem imóvel	775
8.1.1.	Fundamento	777
8.1.2.	Coisas usucapíveis.....	777
8.1.3.	Requisitos da usucapião	778
8.1.4.	Usucapião ordinária ≠ extraordinária.....	780
8.1.5.	Usucapião tabular.....	780
8.1.6.	Modalidades especiais de usucapião	781
8.1.7.	Usucapião extrajudicial.....	783
8.2.	Acessão	784
8.2.1.	Acessões ≠ benfeitorias.....	785
8.2.2.	Acessão invertida	785
8.3.	Aquisição pelo registro	786
8.3.1.	Sistema alemão	787
8.3.2.	Sistema francês.....	787
8.3.3.	Sistema brasileiro.....	788
8.3.4.	Princípios registrais.....	789

8.3.5. Aspectos formais da transcrição	789
8.3.6. Retificação, anulação e cancelamento do registro....	790
9. Modos de aquisição da propriedade móvel	790
9.1. Ocupação	791
9.1.1. Diferença entre ocupação e descoberta	791
9.2. Achado do tesouro	792
9.3. Especificação	792
9.4. Confusão, comistão e adjunção.....	793
9.5. Tradição	793
9.6. Usucapião de bem móvel	794
10. Perda da propriedade	794
11. Limitações ao direito de propriedade.....	795
12. Propriedade resolúvel.....	797
12.1. Efeitos.....	797
12.2. Propriedade resolúvel ≠ propriedade <i>ad tempus</i>	797
13. Propriedade fiduciária.....	798
13.1. Negócio fiduciário ≠ negócio indireto.....	798
13.2. Usos da propriedade fiduciária	799
13.3. <i>Trust</i>	799
13.4. Alienação fiduciária em garantia.....	800
14. Fundos de investimento	800

CAPÍTULO 30 – Direito de Vizinhança

1. Direito de vizinhança.....	803
2. Vizinhança ≠ contiguidade.....	804
3. Fundamento.....	804
4. Natureza jurídica.....	805
5. Disciplina do direito de vizinhança	805
6. Classificação dos direitos de vizinhança	806
7. Uso anormal da propriedade.....	806
7.1. Teoria da imissão corpórea.....	806
7.2. Teoria do uso normal	807
7.3. Teoria da necessidade	808
7.4. Teoria mista de San Tiago Dantas	808
7.5. Uso anormal no Código Civil de 2002	809
7.6. Exemplos jurisprudenciais.....	810
7.7. Instrumentos de tutela	811

8.	Direitos especiais de vizinhança.....	812
9.	O futuro do direito de vizinhança	814

CAPÍTULO 31 – Condomínio

1.	Condomínio	815
2.	Relações internas e externas.....	816
3.	Natureza jurídica.....	816
4.	Espécies de condomínio	817
5.	Condomínio geral	818
5.1.	Direitos dos condôminos	818
5.2.	Direito de divisão	818
5.3.	Renúncia à parte ideal.....	818
5.4.	Deveres dos condôminos	819
5.5.	Administração do condomínio.....	819
5.6.	Extinção do condomínio.....	820
5.7.	Condomínio <i>pro divisio</i>	820
5.8.	Condomínio forçado	820
6.	Condomínio edilício	821
6.1.	Utilidade social	822
6.2.	Natureza jurídica	822
6.3.	Evolução legislativa	823
6.4.	Características	823
6.5.	Constituição do condomínio edilício	824
6.6.	Convenção de condomínio e regimento interno	825
6.6.1.	Normas condominiais e valores constitucionais.....	826
6.7.	Direitos do condômino no condomínio edilício	827
6.8.	Deveres do condômino no condomínio edilício	827
6.9.	Administração do condomínio edilício	829
6.10.	Síndico	830
6.11.	Direito de voto do locatário.....	830
6.12.	Exclusão de condômino	831
6.13.	Extinção do condomínio edilício	831
6.14.	Condomínio de lotes	832
6.15.	Condomínio urbano simples	833
7.	Condomínio de fato	834
7.1.	Loteamento de acesso controlado.....	835
8.	Condomínios especiais	836

8.1.	Condomínio em multipropriedade	836
8.2.	<i>Flat service</i>	837
8.3.	<i>Shopping center</i>	838
9.	Incorporação imobiliária	838
10.	Extinção dos contratos imobiliários (“Lei do Distrato”)	840

CAPÍTULO 32 – Direitos Reais sobre Coisa Alheia

1.	<i>Jura in re aliena</i>	843
2.	Direito de superfície	844
2.1.	Dupla disciplina.....	844
2.2.	Estatuto da Cidade ≠ Código Civil.....	845
3.	Servidões	845
3.1.	Servidões contínuas e descontínuas	846
3.2.	Servidões aparentes e não aparentes.....	846
3.3.	Constituição das servidões.....	846
3.4.	Exercício das servidões	847
3.5.	Extinção das servidões	847
3.6.	Servidões legais	848
4.	Usufruto	848
4.1.	Objeto do usufruto	848
4.2.	Direitos e deveres do usufrutuário.....	848
4.3.	Extinção do usufruto	849
4.4.	Usufruto legal	849
5.	Uso	850
6.	Habitação	850
7.	Direito real de habitação do cônjuge sobrevivente	851
8.	Concessão de uso especial para fins de moradia.....	851
9.	Concessão de direito real de uso	853
10.	Direito de laje.....	854
11.	Direito do promitente comprador.....	856
11.1.	Natureza jurídica	857
11.2.	Promessa de compra e venda e hipoteca	857
12.	Enfiteuse	858

CAPÍTULO 33 – Direitos Reais de Garantia

1.	Direitos reais de garantia	859
2.	Sequela e preferência	860
3.	Publicidade e especialização.....	861

4.	Indivisibilidade	862
5.	Acessoriedade	862
6.	Natureza jurídica: <i>jus in re aliena</i>	863
7.	Espécies	864
7.1.	Penhor	864
7.1.1.	Espécies de penhor	865
7.1.2.	Constituição e registro do penhor	865
7.1.3.	Coisa móvel	865
7.1.4.	Direitos do credor pignoratício	866
7.1.5.	Pacto comissório ≠ pacto marciano	867
7.1.6.	Crítica ao pacto marciano	867
7.1.7.	Direito à venda antecipada	868
7.1.8.	Deveres do credor pignoratício	869
7.1.9.	Extinção do penhor	869
7.1.10.	Modalidades especiais de penhor	871
7.1.10.1.	Penhor rural: agrícola e pecuário	871
7.1.10.2.	Penhor industrial ou mercantil	872
7.1.10.3.	Cédula de crédito pignoratício	872
7.1.10.4.	Penhor de direitos	873
7.1.10.5.	Penhor de títulos de crédito	873
7.1.10.6.	Penhor de veículos	874
7.1.10.7.	Penhor legal	875
7.1.10.8.	Penhor de recebíveis	876
7.1.11.	Penhor sucessivo e subpenhor	877
7.2.	Hipoteca	877
7.2.1.	Constituição da hipoteca	878
7.2.2.	Acessoriedade	879
7.2.3.	Espécies	879
7.2.4.	Hipoteca de segundo grau	879
7.2.5.	Eficácia <i>erga omnes</i>	880
7.2.6.	Prazo da hipoteca	881
7.2.7.	Extinção da hipoteca	881
7.2.8.	Cédula hipotecária	882
7.2.9.	Hipoteca cedular	882
7.2.10.	Hipoteca legal	883
7.2.11.	Hipoteca judiciária	883
7.3.	Anticrese	884

7.4.	Alienação fiduciária em garantia.....	885
7.4.1.	Natureza jurídica.....	885
7.4.2.	Desdobramento da posse.....	886
7.4.3.	Vedaçāo ao pacto comissório.....	886
7.4.4.	Venda extrajudicial.....	887
7.4.5.	Prisão civil do fiduciante	887
7.4.6.	Alienação fiduciária de veículos.....	888

DIREITO DE FAMÍLIA

CAPÍTULO 34 – Direito de Família

1.	A família.....	891
2.	O direito de família	893
3.	Princípios constitucionais da família	893
4.	Livre planejamento familiar	894
5.	Paternidade responsável	895
6.	Papel do Estado na família.....	896
7.	Entidades familiares	896
7.1.	<i>Numerus apertus</i>	896
7.2.	Requisitos	897
7.3.	Crítica.....	898
7.4.	Famílias simultâneas	899
7.4.1.	Uniões estáveis simultâneas.....	900
7.4.2.	O problema do concubinato	902
7.4.3.	Súmula STF 380.....	904
7.4.4.	Inconstitucionalidade do art. 1.727.....	906
7.4.5.	Companheiro de boa-fé.....	907
8.	Parentesco	907
8.1.	Efeitos do parentesco	908
8.2.	Linhas e graus de parentesco	909
8.3.	Afinidade	910
8.4.	Cônjugue e companheiro	910
9.	Direitos da criança e do adolescente.....	911
10.	Um caso emblemático.....	913
11.	Filiação.....	913
11.1.	Presunção <i>pater is est</i>	914
11.2.	Reconhecimento de filhos.....	916
11.2.1.	Reconhecimento voluntário	916

11.2.2.	Reconhecimento judicial.....	917
11.2.3.	Exame de DNA	917
11.2.4.	Relativização da coisa julgada	918
11.2.5.	Paternidade socioafetiva.....	918
11.2.6.	Multiparentalidade.....	919
11.2.7.	Efeitos da multiparentalidade.....	920
11.2.8.	Reconhecimento extrajudicial da paternidade socio-afetiva.....	923
11.2.9.	Reconhecimento extrajudicial de multiparentalidade.....	924
11.2.10.	Filiação assistida	925
11.2.10.1.	Inseminação artificial homóloga	925
11.2.10.2.	Inseminação artificial heteróloga	927
11.2.10.3.	Gestação de substituição	930
11.3.	Autoridade parental	930
11.3.1.	Disciplina normativa.....	931
11.3.2.	Titularidade da autoridade parental	932
11.3.3.	Exercício da autoridade parental	934
11.3.4.	Guarda	934
11.3.5.	Guarda compartilhada	935
11.3.6.	Extinção da autoridade parental.....	936
11.3.7.	Suspensão da autoridade parental	936
11.3.8.	Perda da autoridade parental.....	937
11.3.8.1.	Castigo imoderado	938
11.3.8.2.	Abandono do menor	938
11.3.8.3.	Abandono afetivo	939
11.3.8.4.	Alienação parental.....	940
11.3.8.5.	Autoalienação parental	940
11.4.	Adoção	941
11.4.1.	Origens.....	941
11.4.2.	Disciplina normativa.....	942
11.4.3.	Crítica à Lei n. 12.010/2009	944
11.4.4.	Interesse do adotando	944
11.4.5.	Concordância do adotando maior de 12 anos.....	945
11.4.6.	Consentimento dos pais ou representantes legais do adotando.....	945
11.4.7.	Estágio de convivência	945
11.4.8.	Processo judicial.....	946

11.4.9. Requisitos do adotante.....	946
11.4.10. Adoção por ascendentes.....	946
11.4.11. Adoção por casal homoafetivo.....	947
11.4.12. Adoção por divorciados.....	948
11.4.13. Efeitos da adoção.....	948
11.4.14. Plena equiparação entre filhos	948
11.4.15. Extinção do vínculo com a família original.....	949
11.4.16. Direito ao conhecimento da origem biológica	949
11.4.17. Mudança de nome	949
11.4.18. Adoção à brasileira	950
11.4.19. Adoção internacional	950

CAPÍTULO 35 – Casamento

1. Casamento	953
2. Natureza jurídica (casamento ≠ contrato)	954
3. Espécies de casamento	956
4. Paradigma da reserva familiar	957
5. Capacidade para o casamento	958
6. Impedimentos matrimoniais	959
7. Causas suspensivas do casamento	960
8. <i>Turbatio sanguinis</i>	960
9. Casamento inexistente	961
10. Casamento nulo	962
11. Casamento anulável	962
11.1. Erro essencial	962
12. Casamento putativo	963
13. Formação do casamento	963
14. Efeitos do casamento	964
15. Regime de bens	964
15.1. Regime legal supletivo	965
15.2. Mutabilidade	965
15.3. Pacto antenupcial	966
15.4. Regime da comunhão universal	967
15.4.1. Proventos do trabalho	968
15.4.2. Pensão previdenciária	968
15.5. Regime da comunhão parcial	969
15.6. Regime da separação de bens	970
15.7. Separação legal de bens	970

15.7.1.	Súmula 377 do STF	971
15.7.2.	Inconstitucionalidade.....	972
15.8.	Regime de participação final nos aquestos.....	973
16.	Dissolução do casamento	974
16.1.	Fim da separação judicial	975
16.2.	Divórcio	975
	16.2.1. Divórcio extrajudicial.....	976
	16.2.2. Divórcio e autoridade parental	976

CAPÍTULO 36 – União Estável e Outras Entidades Familiares

1.	União estável	977
2.	União estável <i>versus</i> casamento	978
3.	Características.....	979
4.	União estável “virtual”.....	981
5.	Relações patrimoniais na união estável	982
6.	Deveres dos companheiros	983
7.	Uniões estáveis simultâneas	983
8.	Extinção da união estável.....	985
9.	Outras entidades familiares	985
10.	União homoafetiva.....	985
11.	Casamento civil homoafetivo	986
12.	União poliafetiva	987

CAPÍTULO 37 – Alimentos, Tutela, Curatela e Tomada de Decisão Apoiada

1.	Alimentos	989
1.1.	Espécies de alimentos	989
1.2.	Possibilidade e necessidade	991
1.3.	Proporcionalidade	991
1.4.	Características dos alimentos.....	991
1.4.1.	Irrepetibilidade	992
1.4.2.	Irrenunciabilidade	993
1.5.	Duração dos alimentos	993
1.6.	Quantificação dos alimentos	994
1.7.	Revisão dos alimentos.....	995
1.8.	Prestação de contas.....	995
1.9.	Cessação dos alimentos	996
1.10.	Indignidade	997
1.11.	Prisão civil do devedor de alimentos	997

2.	Tutela, curatela e tomada de decisão apoiada	998
2.1.	Tutela.....	999
2.1.1.	Nomeação do tutor.....	999
2.1.2.	Tutela testamentária	999
2.1.3.	Tutela legítima.....	999
2.1.4.	Tutela dativa.....	1000
2.1.5.	Tutor único para irmãos.....	1000
2.1.6.	Incapacidade para tutela.....	1000
2.1.7.	Escusa da tutela	1001
2.1.8.	Protutor.....	1001
2.1.9.	Exercício da tutela	1002
2.1.10.	Cessação da tutela	1002
2.2.	Curatela	1002
2.2.1.	Posicionamento da matéria	1003
2.2.2.	Distinção entre tutela e curatela	1003
2.2.3.	Curatela do menor.....	1003
2.2.4.	Interdição.....	1004
2.2.5.	Limites da curatela	1004
2.2.6.	Exercício da curatela	1004
2.2.7.	Cessação da curatela e levantamento da interdição	1005
2.2.8.	Curatela das pessoas com deficiência	1005
2.3.	Tomada de decisão apoiada	1006

DIREITO DAS SUCESSÕES

CAPÍTULO 38 – Sucessões

1.	Direito hereditário.....	1013
2.	Fundamento da herança.....	1014
3.	Crítica à herança.....	1014
4.	Espécies de sucessão.....	1016
5.	Princípios do direito sucessório	1016
6.	Herança	1016
7.	Capacidade para suceder	1017
7.1.	Comoriência	1018
7.2.	Nascituros e concebidos	1018
7.3.	Curador de ventre	1018
7.4.	Prole <i>post mortem</i>	1019
7.5.	Prole eventual	1020

7.6.	Sucessora pessoa jurídica	1020
7.7.	Ao tempo do óbito.....	1021
8.	Abertura da sucessão	1021
9.	<i>Droit de saisine</i>	1021
10.	Aceitação da herança	1022
11.	Aceitação direta e indireta	1022
12.	Benefício de inventário.....	1023
13.	Renúncia da herança.....	1023
14.	Herança jacente	1024
15.	Herança vacante	1025
16.	Indignidade.....	1025
17.	Deserdação.....	1028

CAPÍTULO 39 – Sucessão Legítima

1.	Sucessão legítima	1031
2.	Herdeiros legítimos	1031
3.	Herdeiros necessários	1032
4.	Proteção da legítima	1032
5.	Cálculo da legítima	1033
6.	Redução das liberalidades	1033
7.	Colação	1034
8.	Modos de suceder	1034
8.1.	Sucessão <i>jure proprio</i>	1034
8.2.	Sucessão <i>jure representationis</i>	1035
8.3.	Sucessão <i>jure transmissionis</i>	1036
9.	Modos de partilhar a herança	1036
10.	Vocação hereditária	1036
11.	Sucessão do cônjuge.....	1037
11.1.	Concorrência com os descendentes	1037
12.	Sucessão do companheiro	1040
13.	Multiparentalidade	1042

CAPÍTULO 40 – Sucessão Testamentária

1.	Testamento	1045
2.	Conteúdo existencial do testamento.....	1046
3.	Natureza jurídica do testamento.....	1047
4.	Capacidade para testar	1048

5.	Formalismo no testamento.....	1049
6.	Espécies de testamento.....	1049
6.1.	Testamento público	1050
6.2.	Testamento cerrado	1050
6.3.	Testamento particular	1051
6.4.	Testamento marítimo, aeronáutico e militar	1052
6.5.	Testamento nuncupativo	1052
6.6.	Codicilo.....	1053
6.7.	Legado	1053
6.7.1.	Liberalidade	1053
6.7.2.	Sucessão a título singular	1054
6.7.3.	Fonte testamentária.....	1054
6.7.4.	Espécies de legado.....	1055
6.7.5.	Pagamento do legado.....	1056
6.7.6.	Extinção e caducidade do legado	1057
7.	Disposições testamentárias	1057
7.1.	Nomeação de herdeiro ou legatário	1057
7.2.	Cláusulas de inalienabilidade, impenhorabilidade e inco- municabilidade	1058
8.	Interpretação do testamento	1059
9.	Substituição testamentária	1059
9.1.	Substituição ordinária.....	1060
9.2.	Substituição recíproca	1060
9.3.	Fideicomisso.....	1061
9.4.	Conversão legal em usufruto	1062
9.5.	Distinção em relação à deixa em favor de prole eventual....	1062
9.6.	Propriedade resolúvel do fiduciário.....	1062
9.7.	Transmissão dos bens ao fideicomissário	1063
9.8.	Fideicomissário ainda não concebido ao tempo da substi- tuição.....	1064
9.9.	Falecimento do fiduciário.....	1064
9.10.	Falecimento do fideicomissário	1064
9.11.	Caducidade do fideicomisso	1064
9.12.	Fideicomisso <i>inter vivos?</i>	1065
10.	Direito de acrescer.....	1065
11.	Testamenteiro.....	1067
11.1.	Aceitação do testamenteiro	1067

11.2. Função indelegável.....	1067
11.3. Testamenteiro universal × particular	1067
11.4. Atribuições do testamenteiro	1068
11.5. Prêmio ou vintena	1068
11.6. Renúncia do testamenteiro.....	1069
11.7. Cessação da testamentaria.....	1069
12. Revogação do testamento.....	1069
12.1. Revogação expressa.....	1069
12.2. Revogação tácita	1070
12.3. Rompimento do testamento	1070
12.4. Caducidade do testamento.....	1071
12.5. Invalidade do testamento	1071
12.6. Prazo para invalidação	1071

CAPÍTULO 41 – Inventário e Partilha

1. Inventário	1073
1.1. Inventário extrajudicial.....	1073
1.2. Inventário judicial	1074
1.3. Inventário negativo	1075
1.4. Inventariante	1075
1.4.1. Administração provisória da herança.....	1075
1.4.2. Nomeação do inventariante	1075
1.4.3. Atribuições do inventariante.....	1076
1.4.4. Remoção do inventariante.....	1076
1.5. Processamento do inventário	1077
2. Partilha	1077
2.1. Espécies de partilha.....	1078
2.1.1. Partilha amigável.....	1078
2.1.2. Partilha judicial.....	1078
2.2. Partilha em vida	1078
2.3. Anulação da partilha.....	1079
2.4. Garantia dos quinhões hereditários	1079
3. Sonegados	1079
4. Petição de herança.....	1080
<i>Índice alfabético-remissivo.....</i>	1081
<i>Bibliografia</i>	1103